

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Direito das Sucessões

Autor(res)

Narda Roberta Da Silva

Tinare Da Silva Dutra

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

O Art. 1.784 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, Trata-se do Direito das sucessões que pode ser conceituado como o conjunto de normas que realizam a transmissão mortis causa, ou seja, ocasionada pela morte, do acervo patrimonial de determinada pessoa. Trata-se de um caso de substituição de titularidade, logo além da existência da morte, deve haver um conjunto de bens para ser partilhado. Cabe frisar que a questão central se refere a existência de bens cuja titularidade deverá ser transferida, não a morte em si. A pessoa que morreu é chamada de cujos, tem como origem em latim de "cujos successione agitur".

Objetivo

As sucessões tem como objetivo fazer a justa distribuição do patrimônio do cujos(falecido). Nesse caso a partilha pode ocorrer por testamento ou por lei. As sucessões em decorrência do testamento é chamado de testamentaria e em decorrência da virtude da lei é chamado sucessão legítima.

Material e Métodos

Art. 91. Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico. Não é possível a aceitação parcial da herança, porque, se fosse permitido, o herdeiro apenas tomaria parcialmente o lugar do de cujus, aceitando seu ativo e rejeitando o passivo. Existem alguns requisitos para ocorrer a sucessão

A morte real ou ausência de uma pessoa natural, titular de patrimônio.

Existência de pessoa sucessível na forma da lei ou testamento, este sendo a declaração de ultima vontade.

Essa pessoa deve ter a capacidade para suceder, além de aceitar a herança ou legado.

Resultados e Discussão

O advogado Conrado Paulino diz que a legislação garante por meio da ação de petição de herança (artigo 1.824 do Código Civil) a inclusão de herdeiro que ficou de fora da herança por qualquer motivo "Pode ser que um herdeiro descubra seus direitos hereditários depois da finalização de um processo de inventário e partilha. E todas as vezes em que um herdeiro, por algum motivo, tenha sido preterido, ele vai ter a possibilidade de ajuizamento dessa demanda".

O advogado Rolf Madaleno diz que é possível, o autor de uma herança, dispor de seus bens, ainda em vida,

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



desde que siga a limitação legal para tanto. "Nós temos que considerar a categoria dos herdeiros. No caso dos herdeiros necessários, como os descendentes, e os ascendentes – cônjuges e companheiros –, eles necessariamente têm direito a pelo menos metade dos bens deixados pelo falecido. Esta metade, sobre a qual eles têm expectativa do direito, é chamada de porção indisponível.

Conclusão

Concluiu-se que o Direito das Sucessões está envolvido em questões relacionadas ao evento da morte e da transferência patrimonial. Uma pessoa veio a óbito e assim ela deixa uma grande herança, essa herança será dividida entre os seus herdeiros.

Referências

2024 Trilhante Educação Ltda CNPJ: 26.607.049/0001-09

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Inicio>

www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/02082022